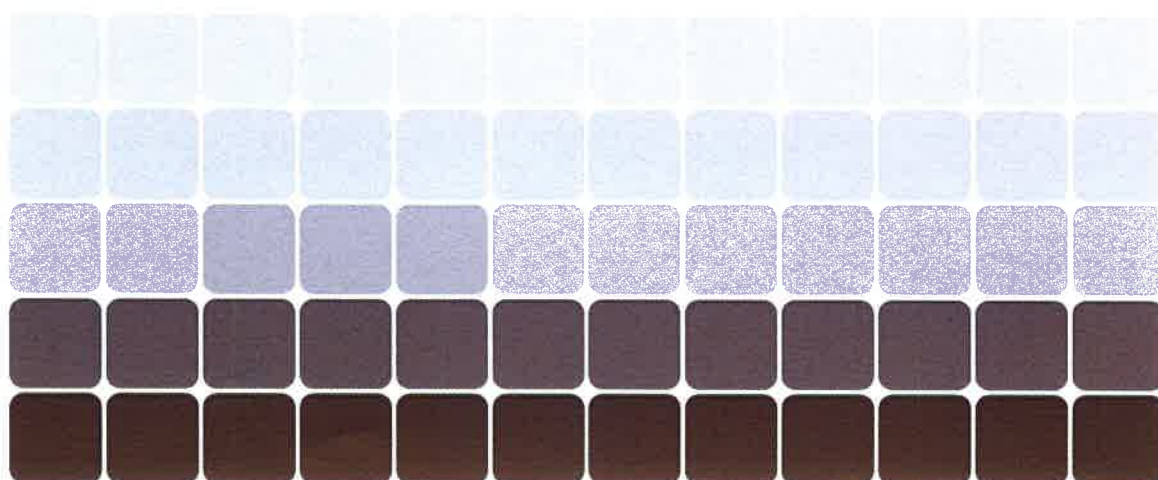
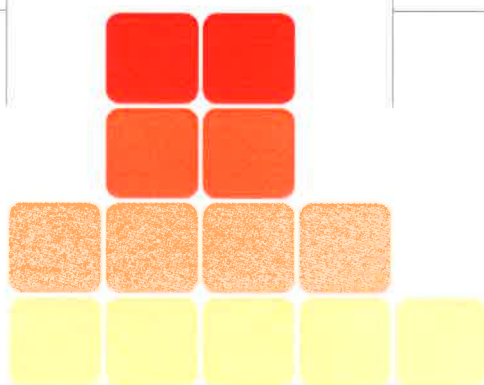


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades
3º Trimestre
2015





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2015

Presidente

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Corregedor

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues
Conselheiro Renato Martins Costa
Conselheiro Robson Marinho

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli
Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Magno de Oliveira



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	6
2.	CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	6
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	7
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL	8
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO.....	8
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	9
7.	CORPO DE AUDITORES.....	9
8.	DECISÕES SINGULARES.....	9
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - MPC.....	9
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE	9
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	10
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	10
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).	11
11.1.2.	DSF's I e II	11
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica - ATJ	11
11.1.4.	Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF:	11
11.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	12
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	12
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	12
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento	12
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	22
11.4.	OUVIDORIA	23
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	23
11.7.	REVISTA DO TCE.....	23
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	24
11.9.	CERIMONIAL	24
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	7
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	8
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes.....	14
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital	15
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes	16
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital	17
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes.....	18
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital	19
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes	20
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital	21



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2015.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as atividades desenvolvidas no 3º trimestre deste ano, merece destaque a realização do 1º Hackathon TCESP – concurso de programação que reuniu programadores, designers, profissionais e estudantes ligados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas em uma maratona de programação, criatividade e inovação.

Os competidores receberam a incumbência de desenvolver aplicativo compatível com dispositivos móveis, que deveria fornecer prática e rápida visualização dos dados do IEGM (*Índice de Efetividade da Gestão Municipal*) - facilitando a avaliação, por parte dos cidadãos, das ações dos gestores públicos municipais e sua adequação aos compromissos assumidos com a sociedade.

Tal iniciativa soma-se a outras ações do Tribunal na consecução da missão institucional de **“Fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.”**, à medida que proporciona à população ferramentas para o exercício do Controle Social.

No período, a Corte também promoveu **08 Ciclos de Debates** em diversas localidades do interior do Estado, com o intuito de discutir com agentes políticos temas relacionados à Controle Interno, Ensino com ênfase na aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Iluminação Pública e Previdência.

Cristiana de Castro Moraes
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 30 de janeiro de 2015, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Presidente, DIMAS EDUARDO RAMALHO, Vice-Presidente e, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

- Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**
- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO** - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:
 - **11/05/2015 a 08/08/2015**
 - ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
 - **10/08/2015 a 07/11/2015**
 - SAMY WURMAN
 - **A partir de 09/11/2015**
 - SILVIA MONTEIRO

PRIMEIRA CÂMARA:

- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA:

- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO**- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:
 - **11/05/2015 a 08/08/2015**
 - ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
 - **10/08/2015 a 07/11/2015**
 - SAMY WURMAN
 - **A partir de 09/11/2015**
 - SILVIA MONTEIRO
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

2. CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo, do exercício de 2015, foi designado o eminente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Regimento Interno desta Corte. As Contas do Governo referentes ao exercício de 2014 – relatadas pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho - foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão ocorrida no dia 17 de junho, às 11h00.

Na votação do processo, conduzida em 2 (duas) etapas, o Tribunal aprovou, por unanimidade, a emissão de parecer favorável, com recomendações. Na sequência foi submetida ao plenário a proposta de inserção de ressalvas no parecer, as quais foram acatadas por maioria de votos.

O processo TC-788/026/14 foi encaminhado a essa Augusta Assembleia Legislativa em 04/08/2015.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 3º trimestre de 2015, foram distribuídos aos julgadores **1.608** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	1
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	5
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	1
AGRAVO	1
APARTADO DE CÂMARA MUNICIPAL	2
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	3
APOSENTADORIA	3
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	2
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTRATO	187
CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES	32
CONVÊNIOS - REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADES PRIVADAS	4
CONVÊNIOS - REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	26
ESPORÁDICO	1
FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	2
IRREGULARIDADES	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REP. PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	42
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REP. PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO – TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO	44
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REP. PÚBLICO TERCEIRO SETOR - AUX/SUB/CONTRIB.	15
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REP. PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTAO	69
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REP. PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUX/SUB/CONTRIB.	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVENIO	187
PRESTACAO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	74
PRESTACAO DE CONTAS DO(S)GESTOR(ES)PREV.MUNICIPAL	5
RECURSO ORDINARIO	827
RELATORIO DE FISCALIZACAO	10
REPRESENTACAO	11
RESCISAO DE JULGADO	24
REVISAO DE JULGADO	15
TERMO DE PARCERIA	1
TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS	1.608



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 3º trimestre de 2015, foram distribuídos **3.912** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – JULHO A SETEMBRO - 2015									
MATÉRIA	RELATOR							Corpo de Auditores	TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. DER	Cons. SEB	Gabinete Presidência		
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	89	91	90	86	87	86	0	0	529
PESSOAL	17	9	19	14	13	19	0	670	761
REPRESENTAÇÃO	3	2	7	8	4	2	0	0	26
CONTRATO	110	93	98	114	105	135	4	196	855
RECURSOS	10	11	11	3	10	25	19	3	92
RECURSOS PÚBLICOS	19	22	21	21	16	18	3	100	220
INOMINADO	27	54	36	39	48	36	60	30	330
AÇÕES	0	0	0	0	0	0	5	0	5
BALANÇO GERAL	31	71	17	30	47	19	0	699	914
APARTADOS	0	1	0	0	0	0	2	88	91
CONTROLE DE PRAZO	8	9	9	8	8	9	0	26	77
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	12	12
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									3.912
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									5.520

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **12 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **698 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **646 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **04 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **12 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **1.116 processos pela Primeira Câmara e 994 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 3º Trimestre de 2015 tramitaram pelo Corpo de Auditores **6.640 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. Desses, **1.783 autos** receberam julgamento, enquanto **1.073** foram objeto de despacho de diferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2015 foram proferidas **2.236 sentenças singulares**. Destas, **448** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1788** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **22.636 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º Trimestre de 2015, a P.F.E se manifestou em **2.749 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.594** processos.

Além disto, objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Senhor Secretário-Diretor exarou **15 comunicados** destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e estão disponíveis na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Número	Matéria
39/2015	Comunicado Nº 39/2015 - Alteração no horário das sessões
38/2015	Comunicado Nº 38/2015 - Ciclo de Debates
37/2015	Comunicado Nº 37/2015 - Alteração de horário da sessão do Pleno
35/2015	Comunicado Nº 35/2015 - Sistema de Controle Interno
34/2005	Comunicado Nº 34/2015 - Órgãos e entidades irregulares
33/2015	Comunicado Nº 33/2015 - Piloto de Testes - Fase IV Audesp
32/2015	Comunicado Nº 32/2015 - Observância de aspectos relevantes
32/2015	Comunicado Nº 32/2015 - Elaboração das leis orçamentárias
31/2015	Comunicado Nº 31/2015 - Termos de Ciência e Notificação
30/2015	Comunicado Nº 30/2015 - Órgãos e entidades irregulares
29/2015	Comunicado Nº 29/2015 - Áreas de atuação DF's e UR's
28/2015	Comunicado Nº 28/2015 - Repasses públicos ao Terceiro Setor
27/2015	Comunicado Nº 27/2015 - Balanço Geral do Exercício 2015 - ETCESP
26/2015	Comunicado Nº 26/2015 - Balanço de processos julgados - 2º Trimestre
25/2015	Comunicado Nº 25/2015 - Órgãos e entidades irregulares



11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.454 processos**, dos quais **250** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.195 certidões**. Desse quantitativo, **11** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.184** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SGD, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **17.264 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica - ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **8.994 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF:

Subordinado, também, à SDG, ao CAEF cabe a administração e provimento de condições técnicas e operacionais a fiscalização e a consequente relação com os jurisdicionados.

No trimestre, o Centro de Apoio Estratégico deu continuidade às ações relacionadas a programas e bancos de dados necessários para cumprimento dos objetivos, com ênfase aos seguintes: Tabela de Órgãos Fiscalizados, Planejamento e Controle da Fiscalização – PFIS, Portal do Cidadão, Portal da Transparência, e, por fim, cadastramento e acompanhamento dos dados abertos do TCESP no *site* do Governo Aberto-SP.



11.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No terceiro trimestre de 2015 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **803 atendimentos** por meio de e-mails e **894** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, recentemente lançado por este Tribunal.

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **3.259** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, que *“Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2015”*, foi elaborado em observância à Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014 que *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2015”*.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 644.709.305,00**, sendo **R\$ 640.637.474,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e **R\$ 4.071.831,00** para as Despesas de Capital.



O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.549/14), o Decreto n.º 61.061, de 16 de janeiro de 2015, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2015) e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 21 de janeiro de 2015.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2015 (Decreto n.º 61.061/2015) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Foram autorizadas, durante o primeiro semestre do presente exercício, antecipações de quotas no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos, através da redução total de **R\$ 17.573.000,00 (dezessete milhões, quinhentos e setenta e três mil reais)** da quota do mês de dezembro e a consequente suplementação nas quotas de janeiro, março, abril, junho, julho e agosto, com valores de **R\$4.891.000,00, R\$ 1.851.000,00, R\$ 1.270.000,00, R\$ 1.150.000,00, R\$ 1.611.000,00, R\$ 2.700.000,00, R\$ 2.200.000,00 e R\$ 1.900.000,00** respectivamente. Encontra-se em análise, na Secretaria de Planejamento e Gestão, a solicitação de antecipação de quota para setembro, no valor de **R\$ 4.500.00,00**

No tocante às autorizações de créditos automáticos, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte-3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, no valor total de R\$ 6.543.000,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO – da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 – SAO nº 02001/2015-4-0005, concluído em abril, no valor de R\$ 2.000.000,00;

2 – SAO nº 02001/2015-4-0010, concluído em junho, no valor de R\$ 1.800.000,00, ambos para atender despesas com projeto JAVA, sob responsabilidade da PRODESP, totalizando R\$ 3.800.000,00 até o final do exercício;

3 – SAO nº 02001/2015-4-0011, concluído em julho, no valor de R\$ 63.000,00, para atender despesas com o reajuste de preços do contrato com a Atlas Schindler S/A que executa a obra de modernização e substituição de elevadores do prédio Anexo I;

4 – SAO nº 02001/2015-4-0015, concluído em agosto, no valor de R\$ 330.000,00 visando a contratação de empresa para desenvolvimento de software (fábrica de software);

5 – SAO nº 02001/2015-4-0019, concluído em setembro, no valor de R\$ 2.350.000,00 para aquisição de notebooks para Regionais;

Com a edição do Decreto nº 61.446, de 20 de agosto de 2015, foi autorizado Crédito Suplementar ao Orçamento do Tribunal de Contas, no valor de R\$ 950.000,00 à conta de Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, visando a aquisição de Imóvel para abrigar a Unidade Regional de Registro – UR-12, conforme Expediente SAO nº. 02001/2015-1-0009.



Ainda em agosto, mediante a publicação do Decreto nº 61.448, de 25 de agosto de 2015, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 109.266,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro, visando a cobertura de despesas necessárias ao atendimento – até o final do exercício – dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2015, bem como, a execução orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de setembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Fevereiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Março	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Abril	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Maior	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Junho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Julho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Agosto	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Setembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Outubro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Novembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Dezembro	48.029.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	53.621.715
TOTAL	573.830.061	65.567.404	1.239.999	10	66.807.413	640.637.474

(Valores em R\$ 1)



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Fevereiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Março	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Abril	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Maiο	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Junho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Julho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Agosto	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Setembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Outubro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Novembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Dezembro	83.700	257.120	9	340.829	53.962.544
TOTAL	1.000.000	3.071.811	20	4.071.831	644.709.305

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.691.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	58.256.069
Fevereiro	49.651.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	55.216.069
Março	49.070.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	54.635.069
Abril	48.950.038	5.461.740	2.103.291	-	7.565.031	56.515.069
Maio	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	54.976.069
Junho	49.411.038	5.461.740	1.903.291	-	7.365.031	57.865.069
Julho	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	55.565.069
Agosto	47.800.038	5.352.474	433.291	-	5.785.765	53.485.803
Setembro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Outubro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Novembro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Dezembro	37.456.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	36.048.715
TOTAL	573.830.061	65.458.138	5.369.999	10	70.828.147	644.658.208



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	83.300	255.881	1	339.182	58.595.251
Fevereiro	83.300	255.881	1	339.182	55.555.251
Março	83.300	255.881	1	339.182	54.974.251
Abril	83.300	255.881	1	339.182	56.854.251
Maio	83.300	255.881	1	339.182	55.315.251
Junho	83.300	255.881	1	339.182	58.204.251
Julho	83.300	255.881	1	339.182	55.967.251
Agosto	83.300	1.205.881	1	1.289.182	56.774.985
Setembro	83.300	2.605.881	1	2.689.182	56.054.251
Outubro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Novembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Dezembro	83.700	257.120	9	340.829	36.389.544
TOTAL	1.000.000	6.434.811	20	7.434.831	652.093.039

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes

Valores em R\$ 1						
DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.617.646,57	25.454.728,10	102.636,77	-	25.557.364,87	78.175.011,44
Fevereiro	47.599.621,03	5.386.283,29	215.441,31	-	5.601.724,60	53.201.345,63
Março	51.166.572,11	14.270.373,67	675.270,71	-	14.945.644,38	66.112.216,49
Abril	48.970.021,15	3.599.936,62	93.907,73	-	3.693.844,35	52.663.865,50
Maiο	47.808.329,14	2.051.032,89	1.310.918,39	-	3.361.951,28	51.170.280,42
Junho	52.090.875,22	2.349.394,06	1.763.397,29	-	4.112.791,35	56.203.666,57
Julho	49.921.167,88	3.591.864,56	299.202,00	-	3.891.066,56	53.812.234,44
Agosto	49.777.036,55	1.393.044,43	(362.852,19)	-	1.030.192,24	50.807.228,79
Setembro	43.210.781,34	1.959.282,01	88.454,46	-	2.047.736,47	45.258.517,81
TOTAL	443.162.050,99	60.055.939,63	4.186.376,47	-	64.242.316,10	507.404.367,09



Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	-	-	-	78.175.011,44
Fevereiro	1.656,24	17.955,93	-	19.612,17	53.220.957,80
Março	70.281,63	62.495,00	-	132.776,63	66.244.993,12
Abril	-	81.873,00	-	81.873,00	52.745.738,50
Maio	21.967,43	92.595,62	-	114.563,05	51.284.843,47
Junho	38.975,62	53.039,26	-	92.014,88	56.295.681,45
Julho	-	254.114,54	-	254.114,54	54.066.348,98
Agosto	154.753,00	1.012.360,96	-	1.167.113,96	51.974.342,75
Setembro	-	14.907,50	-	14.907,50	45.273.425,31
TOTAL	287.633,92	1.589.341,81	-	1.876.975,73	509.281.342,82

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.617.646,57	1.492.929,56	45.978,77	-	1.538.908,33	54.156.554,90
Fevereiro	47.599.621,03	5.042.053,05	43.855,81	-	5.085.908,86	52.685.529,89
Março	51.166.572,11	5.068.381,55	49.345,95	-	5.117.727,50	56.284.299,61
Abril	48.970.021,15	4.647.617,32	582.465,80	-	5.230.083,12	54.200.104,27
Maior	47.808.329,14	5.447.488,57	413.778,02	-	5.861.266,59	53.669.595,73
Junho	52.090.875,22	4.915.256,37	73.431,80	-	4.988.688,17	57.079.563,39
Julho	49.921.167,88	5.458.877,11	670.618,50	-	6.129.495,61	56.050.663,49
Agosto	49.777.036,55	5.864.966,40	327.784,27	-	6.192.750,67	55.969.787,22
Setembro	43.210.781,34	5.017.385,51	62.586,76	-	5.079.972,27	48.290.753,61
TOTAL	443.162.050,99	42.954.955,54	2.269.845,68	-	45.224.801,12	488.386.852,11

(Valores em R\$ 1)



Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	-	-	-	54.156.554,90
Fevereiro	-	-	-	-	52.685.529,89
Março	-	4.844,29	-	4.844,29	56.289.143,90
Abril	63.165,73	37.204,96	-	100.370,69	54.300.474,96
Maio	-	62.017,00	-	62.017,00	53.731.612,73
Junho	36.959,97	38.514,32	-	75.474,29	57.155.037,68
Julho	11.446,00	21.936,71	-	33.382,71	56.084.046,20
Agosto	-	961.135,23	-	961.135,23	56.930.922,45
Setembro	21.818,88	192.243,92	-	214.062,80	48.504.816,41
TOTAL	133.390,58	1.317.896,43	-	1.451.287,01	489.838.139,12

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais de Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2015, foram publicados nos Diários Oficiais do Estado dos dias 30 de abril, 09 de junho de 2015, 07 de agosto e 09 de outubro de 2015.



11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no terceiro trimestre, manifestou-se em **1.223** procedimentos/processos relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **43 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda Estadual, além de realizar acompanhamento, na Justiça, de **75 feitos** relacionados a processos desta corte e **561 ações judiciais** de interesse do Tribunal.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas** – realizados **41 eventos** no período – reuniões/cursos internos e externos.

Dentre esses, merece destaque a **13ª Semana Jurídica TCESP – entre os dias 10 e 13 de agosto** -, que contou com a presença de autoridades como a Excelentíssima Senhora Ministra do Supremo Tribunal Federal, Drª. Carmen Lúcia Antunes Rocha, além de especialistas como Dr. João Estevão Silveira Filho, Assessor Jurídico de Gabinete no TCE/ES, Drª Aline Gonçalves de Souza, Coordenadora Executiva, Pesquisadora e Advogada, Drª Bianca dos Santos Pesquisadora do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada-FGV, Dr. Gledson Pompeu (TCU), Dr. Guilherme Ary Plonski (USP), Dr. José Antônio Carlos (Governo de São Paulo), Dr. Roberto Meizi Agune (Governo de São Paulo), Dr. Cassio Juvenal Faria, Procurador de Justiça e Professor de Direito Constitucional, Dr. José Roberto Pimenta Oliveira, Procurador da República em São Paulo, Dr. Luís Fernando de Ascensão Guedes Professor (FIA/USP), Dr. Carlos Ari Vieira Sundfeld, Professor e Advogado.

Os palestrantes abordaram temas como Cidades mais Acessíveis, Terceiro Setor: Marco Regulatório e nova política de fomento e colaboração com as organizações da Sociedade Civil, Inovação e Criatividade no Setor Público, Controle de Constitucionalidade e Segurança Jurídica.

O Tribunal também organizou **08 Ciclos de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Com a presença da Senhora Presidente e (ou) do Secretário-Diretor Geral, a Corte reuniu-se com o público de diversas regiões do interior, provendo orientações acerca de Controle Interno, Ensino com ênfase na aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Iluminação Pública e Previdência.

- **Biblioteca** – **1.749 empréstimos** de livros realizados, sendo 816 através do Sistema Online Sophia e 876 presenciais.



11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **619 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **86 pedidos** de informações.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

Realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **2.824 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado também, dentre outros projetos, na coordenação do 1º Hackathon TCESP e desenvolvimento do aplicativo IEGM para dispositivos móveis.

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **203 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **82 matérias relacionadas à área institucional;**
- **11 newsletters** (periodicidade semanal).

11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 133 da Revista do TCESP foi lançada em julho, destacando os principais fatos e atividades ocorridos no período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, além de contar com artigos inéditos escritos por colaboradores e servidores da instituição.

Em setembro, foi publicada a edição especial de nº 134, com enfoque no exame das Contas do Governador do Estado – Exercício 2014.



11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 3º Trimestre de 2015, o Cerimonial se fez presente em **22 Audiências no Gabinete da Presidência; 03 Audiências Externas; 04 Eventos Internos; e 11 Eventos Externos.**

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 3º Trimestre de 2015 decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.


Cristiana de Castro Moraes
Presidente